



**SERTPREV – INSTITUTO MUNICIPAL DE  
PREVIDÊNCIA DE SERTÃOZINHO**  
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

**003. PROVA OBJETIVA**

**PROCURADOR JURÍDICO**  
(CÓD. 003)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ Inscrição \_\_\_\_\_ Prédio \_\_\_\_\_ Sala \_\_\_\_\_ Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Nos termos da doutrina, é correto afirmar que as garantias fundamentais em sentido amplo

- (A) geram o chamado dever de proteção e exigem que o Estado leve em conta os direitos humanos envolvidos antes de adotar determinada conduta.
- (B) são aquelas que têm como função exigir do Estado que estruture órgãos e corpo institucional apto, por sua competência e atribuição, a oferecer bens ou serviços indispensáveis à efetivação dos direitos humanos.
- (C) equivalem à criação de medidas específicas de combate à inércia do Estado em legislar, como ocorreu no Brasil com a criação do mandado de injunção e da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (D) têm como consequência inicial a transformação dos direitos humanos em um escudo contra o poder estatal, concretizando exigências de abstenção, derrogação e até mesmo anulação de atos do Estado.
- (E) consistem em um conjunto de meios de índole institucional e organizacional que visa assegurar a efetividade e a observância dos direitos humanos.

02. Nos termos da doutrina, normas constitucionais de organização

- (A) são as regras que objetivam a criação, estruturação e ordenação dos órgãos públicos, precedem todas as demais porque as regras dessa natureza disciplinam a própria criação e aplicação das normas de conduta.
- (B) seriam compostas pelos direitos fundamentais, os quais se dividem em quatro grandes categorias: direitos individuais, políticos, sociais e difusos.
- (C) subdividem-se em três grupos de direitos: aqueles que geram situações prontamente desfrutáveis, os que ensejam a exigibilidade de prestações positivas do Estado e os que contemplam interesses.
- (D) são aquelas em que residem os direitos exigíveis do Estado, como o direito à aposentadoria e à saúde. Nesses casos, a ausência da prestação estatal é sempre inconstitucional e sancionável.
- (E) são compreendidas como definidoras dos fins sociais a serem alcançados pela sociedade por estipularem princípios ou programas a serem cumpridos pelo Poder Público.

03. A respeito dos Municípios, é correto afirmar que

- (A) é desejável centralizar todas as decisões políticas em alguns poucos Estados ou na própria União, afirmação válida para o caso brasileiro em razão de suas dimensões.
- (B) a partir de 1988, assistiu-se a uma proliferação de Municípios, vários deles criados sem quaisquer condições de viabilidade, o que retira o caráter democrático que as entidades municipais representariam no contexto de um Estado gigantesco como é o brasileiro.
- (C) os Municípios representam uma excelente fórmula de descentralização administrativa do Estado, porque, quanto mais descentralizado o exercício do poder do Estado, maiores as chances de participação política do cidadão e, por consequência, mais elevado o nível democrático que se pode alcançar.
- (D) não se observa uma tendência muito forte à valorização dos Municípios, até porque se acentua a integração dos Estados em blocos de abrangência continental, tratando-se, portanto, de movimentos antagônicos.
- (E) a Constituição outorga aos Estados o poder de criar e organizar seus Municípios, que contam com todas as capacidades, exceto a de auto-organização.

04. A respeito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, é correto afirmar que

- (A) não pode ser usada para a defesa de toda a Constituição, de qualquer artigo desta, mas somente daqueles que venham a ser considerados constitucionais fundamentais, como as cláusulas pétreas.
- (B) se trata da primeira ação direta de controle concentrado perante o STF de que se tem notícia na história jurídica do Brasil, porém realiza um controle concreto, apesar de concentrado, porque envolve os interesses diretos de um Estado-membro.
- (C) se deve pedir a declaração de constitucionalidade da lei ou ato normativo federal ou estadual; o resultado, porém, pode ser a declaração de inconstitucionalidade, no caso de julgamento final pela improcedência do pedido formulado.
- (D) a presença do Advogado-Geral da União, para exercer a função de defesa do ato normativo impugnado, é uma nota distintiva dessa ação.
- (E) a inconstitucionalidade questionada nessa ação deve ser direta em relação à Constituição, ato normativo federal ou estadual, excluídas as leis municipais, bem como os atos posteriores à Constituição de 1988.

**05.** Ao tratar dos partidos políticos, a Constituição Federal

- (A) assegurou-lhes autonomia para definir sua estrutura interna, mas as regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos provisórios, sua organização e funcionamento obedecerão aos preceitos estabelecidos em lei ordinária.
- (B) concedeu-lhes autonomia para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.
- (C) estabeleceu que estes, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) condicionou o direito aos recursos do fundo partidário e o acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, aos partidos políticos que tiverem eleito pelo menos doze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.
- (E) determinou que é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, independentemente de qualquer outra condição, desde que resguardados os direitos fundamentais da pessoa humana e observado o caráter nacional.

**06.** A Constituição Federal, a respeito dos índios, assegura que

- (A) é permitida a remoção dos grupos indígenas de suas terras em caso de necessidade ou epidemia que ponha em risco sua população, e quando houver interesse do País, garantida, em qualquer hipótese, a indenização correspondente.
- (B) as terras tradicionalmente ocupadas por eles destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto compartilhado das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, na forma da lei.
- (C) são reconhecidos a eles sua organização social, costumes e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, cabendo aos Estados e Municípios proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- (D) as terras tradicionalmente ocupadas por eles destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
- (E) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, excetuando-se os casos em que haja risco para sua população e quando houver interesse do País, garantida, em qualquer hipótese, a realocação em terras produtivas de igual valor.

**07.** A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- (A) O conteúdo dos direitos sociais não é essencialmente prestacional, e sua implementação deve ser compartilhada entre o Estado e a sociedade para que todos assumam suas responsabilidades na superação das desigualdades formais.
- (B) Os direitos sociais originários são aqueles que já possuem alguma regulamentação legal ou administrativa e que podem ser objeto de apreciação judicial, sob o prisma da liberdade.
- (C) Os direitos sociais derivados são aqueles que advêm do texto constitucional ou mesmo de um tratado de direitos humanos, sem qualquer outra implementação legislativa ou administrativa.
- (D) A intervenção judicial não é possível no caso do direito social à saúde, pois haveria usurpação da separação de poderes, devendo o Poder Executivo, dentro do possível, cumprir as políticas públicas previamente estabelecidas.
- (E) Direitos sociais de abstenção, ou de defesa, são aqueles pelos quais o Estado deve se abster de interferir de modo indevido em determinado direito social.

**08.** A respeito dos servidores públicos, a Constituição Federal dispõe, entre outros, que

- (A) o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo federal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função; havendo compatibilidade de horário, não haverá afastamento para os servidores estaduais, distrital ou municipais.
- (B) o detentor de mandato eletivo, os secretários estaduais e municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, permitido o acréscimo de gratificação e vedado o recebimento de abono, de prêmio, de verba de representação ou de outra espécie remuneratória.
- (C) os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e da função pública, além de eventual indisponibilidade dos bens, na forma e gradação previstas em lei, e, no caso do ressarcimento ao erário, a ação penal poderá ser transacionada.
- (D) a União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.
- (E) a concessão do benefício de pensão por morte será igual ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescido de cinquenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

**09.** A Constituição Federal, a respeito dos Tribunais de Contas e suas funções, estabelece que

- (A) suas decisões de que resulte imputação de débito ou multa não terão eficácia de título executivo.
- (B) deve fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, aos Estados e ao Distrito Federal, excetuados os Municípios.
- (C) é de sua competência fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (D) os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, as associações ou sindicatos, desde que devidamente autorizados, são os legitimados para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.
- (E) as constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por nove conselheiros.

**10.** É súmula vigente do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) O contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do imposto de renda, não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade.
- (B) A ocupação, mesmo que indevida, de bem público autoriza a retenção ou a indenização por acessões e benfeitorias.
- (C) É ilegítima a cobrança de taxa, pelo município, na renovação de licença para localização de estabelecimento comercial ou industrial.
- (D) Compete ao juiz estadual, nas comarcas que não sejam sede de vara da justiça federal, processar e julgar ação civil pública, ainda que a União figure no processo.
- (E) Não cabe agravo de decisão que indefere o pedido de suspensão da execução da liminar, ou da sentença em mandado de segurança.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**11.** De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, a hierarquia administrativa

- (A) autoriza que um órgão renuncie, total ou parcialmente, à competência exclusiva, em favor de outros órgãos, ainda que não lhe sejam hierarquicamente subordinados, sempre que for conveniente, mediante fundada justificativa.
- (B) admite a delegação de competência para decisão de recursos administrativos, inclusive em procedimentos administrativos disciplinares, para outros órgãos vinculados.
- (C) não permite a delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes, em respeito ao princípio da colegialidade.
- (D) permite, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- (E) permite, mediante fundamentada justificativa publicada em meio oficial, delegação temporária em favor de órgão vinculado, de matéria de competência exclusiva da autoridade delegante.

**12.** De acordo com a Constituição Federal, órgãos públicos

- (A) criados por lei são entidades paraestatais destinadas à prestação de serviço público de relevante interesse coletivo ou necessário aos imperativos de segurança nacional.
- (B) criados por lei que estipule suas competências e finalidade de interesse público possuem personalidade jurídica própria e integram a Administração Pública Indireta.
- (C) somente podem ser criados por lei complementar específica que defina sua área de atuação, observados imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.
- (D) são entidades com personalidade jurídica própria, com competência para atuar como agentes normativo e regulador da atividade econômica, gozando das mesmas prerrogativas atribuídas à Administração Pública Indireta da qual fazem parte.
- (E) podem firmar, com o poder público, contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho mediante ampliação de autonomia gerencial, orçamentária e financeira.

- 13.** O Secretário Municipal, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, não aprovado em concurso público, ocupa
- (A) cargo em comissão, submetendo-se ao regime geral de previdência.
  - (B) cargo em comissão, submetendo-se ao regime próprio de previdência.
  - (C) emprego, submetendo-se ao regime próprio de previdência.
  - (D) emprego público, submetendo-se ao regime de previdência complementar.
  - (E) emprego público em comissão, submetendo-se ao regime geral de previdência.
- 14.** A concessão de benefício previdenciário por autoridade incompetente é
- (A) ato administrativo inexistente, pois o vício de competência é causa de nulidade absoluta.
  - (B) ato administrativo inválido, passível de convalidação pela autoridade competente.
  - (C) ato administrativo perfeito, porque gera direito adquirido.
  - (D) fato da Administração que não produz nenhum efeito jurídico.
  - (E) ato administrativo ordinatório, passível de ratificação e homologação pelo Tribunal de Contas, para produção de efeitos.
- 15.** O Município X, para redução de custos, decidiu desfazer-se de dois automóveis em bom estado de conservação, porém com alto custo de manutenção. Ciente disso, a Irmandade Y, associação sem fins lucrativos, demonstrou interesse em receber os dois veículos em doação, para utilizá-los no desempenho de suas atividades filantrópicas, naquela localidade. Nessa situação hipotética, a alienação dos bens
- (A) deverá ser precedida de licitação na modalidade maior oferta, em lote único, e, apenas no caso de licitação deserta, será possível autorizar a doação.
  - (B) deverá ser precedida de licitação na modalidade leilão, dividido em itens, para permitir ampla participação, e, apenas no caso de licitação fracassada, será possível autorizar a doação.
  - (C) deverá ser dispensada, e autorizada a doação, caso a associação interessada seja qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e mantenha, com o Município X, contrato de gestão.
  - (D) será precedida de avaliação, podendo ser dispensada a licitação caso seja justificada a conveniência e a oportunidade socioeconômica da doação para fins e uso de interesse social.
  - (E) será precedida de avaliação e autorização legislativa específica, podendo ser declarada inexigível a licitação na hipótese de a entidade oferecer permuta.
- 16.** De acordo com a Lei federal nº 9.394/96, os recursos públicos destinados à educação
- (A) devem ser dirigidos exclusivamente às escolas públicas.
  - (B) devem ser rateados entre as escolas públicas e privadas, de forma proporcional ao número de alunos matriculados.
  - (C) podem ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que preencherem os requisitos legais.
  - (D) podem ser dirigidos às escolas privadas de educação básica, desde que na forma de bolsas de estudo para pesquisa e extensão.
  - (E) podem ser dirigidos à expansão da rede privada de ensino no domicílio do educando, onde houver falta de vagas na rede pública.
- 17.** O ato por meio do qual são julgadas as contas do Chefe do Poder Executivo Municipal é denominado
- (A) acórdão, de competência do Tribunal de Contas do Estado ou do Município, onde houver.
  - (B) resolução, de competência do Tribunal de Contas do Estado ou do Município, onde houver.
  - (C) deliberação, de competência do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado.
  - (D) decreto legislativo, de competência da Câmara dos Vereadores.
  - (E) parecer, de competência da Assembleia Legislativa.
- 18.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que
- (A) a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social deve ser considerada no somatório que compõe a receita corrente líquida do ente da Federação.
  - (B) a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos deve constar do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (C) encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente da Federação às entidades de previdência devem ser deduzidos no cálculo da despesa total com pessoal.
  - (D) nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, exceto para expansão qualitativa do atendimento e dos serviços prestados.
  - (E) as disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos serão depositadas em conta conjunta com demais disponibilidades do ente da Federação.

19. De acordo com a Lei de Acesso à Informação, as informações pessoais, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas,
- (A) devem ser classificadas no grau reservado para que tenham seu acesso restrito, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados.
  - (B) devem ser tratadas de forma transparente e poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros, independentemente de consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem, se as informações forem necessárias à defesa de direitos humanos.
  - (C) terão acesso restrito, independentemente de classificação, a servidores públicos efetivos, vedada a contratação de entidade privada para executar as atividades de tratamento de informações pessoais ou sigilosas.
  - (D) terão acesso restrito, independentemente de classificação, a agentes públicos efetivos, vedada a divulgação para instruir processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.
  - (E) têm proteção constitucional e somente poderão ter autorizada sua divulgação para realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, mediante expresso consentimento da pessoa a que as informações se referirem.

## DIREITO CIVIL

20. Foi publicada a Lei "A", em 01/03/2019, que revogava a Lei "X", tendo entrado em vigência no dia da sua publicação. Contudo, foi publicada, em 01/05/2019, a Lei "B", uma lei ampla, que tratou de vários assuntos, regulou inteiramente os assuntos tratados pela Lei "A", bem como restaurou a vigência da Lei "X". A Lei "B" também entrou em vigência na mesma data em que foi publicada. A Lei "B" não dispôs expressamente sobre eventual revogação da Lei "A". Acerca da situação retratada, é possível afirmar que
- (A) a Lei "A" continua vigente, tendo em vista que a lei geral não revoga a lei especial.
  - (B) a Lei "B" não poderia ter repristinado a Lei "X", já revogada.
  - (C) em razão da repristinação, a vigência da Lei "X" será retroativa, como se nunca tivesse sido revogada.
  - (D) somente poderia ter havido a repristinação da Lei "X" se tivesse ocorrido a expressa revogação da Lei "A".
  - (E) a Lei "X" foi repristinada e voltará a ter vigência a partir da publicação da Lei "B".

21. Maria, jovem de 15 anos, estava atravessando a rua, com o semáforo aberto para passagem dos pedestres, quando foi atropelada pelo automóvel conduzido por João, embriagado, que não respeitou o semáforo. Do atropelamento, resultou amputação de um pé de Maria. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, pode-se corretamente afirmar que é possível pleitear que João seja condenado a pagar
- (A) danos morais, cumulados com danos estéticos, bem como danos materiais, no prazo de até três anos do acidente.
  - (B) danos morais, mas não danos estéticos, visto que estes decorrem do mesmo fato e são abrangidos por aqueles, bem como danos materiais, no prazo de até cinco anos do acidente.
  - (C) danos estéticos, mas não danos morais, visto que estes decorrem do mesmo fato e são abrangidos por aqueles, bem como danos materiais, no prazo de até três anos do acidente.
  - (D) danos morais ou estéticos, não cumuláveis, bem como danos materiais, desde que comprovada a perda da capacidade laboral, no prazo de até cinco anos.
  - (E) danos morais, cumulados com danos estéticos, sem danos materiais, tendo em vista a idade da vítima que ainda não laborava, em até três anos.

22. Acerca da pluralidade de credores, pode-se corretamente afirmar que

- (A) o devedor, na obrigação indivisível, desobrigar-se-á, pagando a todos credores conjuntamente ou a um, independentemente de caução de ratificação dos outros credores.
- (B) é vedado a um só dos credores, na obrigação indivisível, receber a prestação devida por inteiro do devedor, sendo permitido o recebimento do equivalente em dinheiro.
- (C) se a obrigação se resolver em perdas e danos, se indivisível, perde esta qualidade; mas, se solidária, mantém-se, para todos os efeitos, a solidariedade.
- (D) se um dos credores, na obrigação solidária, remitir a dívida, a obrigação não ficará extinta para com os outros; mas estes só a poderão exigir, descontada a quota do credor remitente.
- (E) o credor, na obrigação indivisível, que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

23. O grau de parentesco entre um tio-avô e seu sobrinho-neto, entre primos, entre irmãos, bem como entre tio e sobrinho é, respectivamente, de
- (A) quinto grau, quarto grau, terceiro grau, terceiro grau.
  - (B) terceiro grau, quarto grau, segundo grau, quarto grau.
  - (C) quarto grau, terceiro grau, segundo grau, terceiro grau.
  - (D) quarto grau, quarto grau, segundo grau, terceiro grau.
  - (E) quinto grau, terceiro grau, segundo grau, terceiro grau.
24. Acerca do programa de apadrinhamento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.
- (A) Apenas o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderá participar de programa de apadrinhamento, que não pode ser estendido à criança.
  - (B) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.
  - (C) O apadrinhamento, vedado ao adolescente, consiste em estabelecer e proporcionar à criança vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.
  - (D) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 21 (vinte e um) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
  - (E) O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com grande possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.
25. No que diz respeito à comunicação dos atos processuais, será expedida carta
- (A) arbitral, para que órgão do Poder Judiciário pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato objeto de pedido de cooperação judiciária formulado por juízo arbitral, inclusive os que importem efetivação de tutela provisória.
  - (B) ao juízo federal da comarca mais próxima se o ato relativo a processo em curso na justiça federal ou em tribunal superior houver de ser praticado em local onde não haja vara federal.
  - (C) de ordem, pelo juízo de primeiro grau, na hipótese de o tribunal expedir carta para juízo a ele vinculado, se o ato houver de se realizar fora dos limites territoriais do local de sua sede.
  - (D) precatória para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro.
  - (E) rogatória para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa.
26. No que diz respeito à suspensão do processo, assinale a alternativa correta.
- (A) Durante a suspensão, é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, inclusive no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
  - (B) No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de cinco dias.
  - (C) No caso de o advogado responsável pelo processo constituir o único patrono da causa e tornar-se pai, o período de suspensão do processo será de cinco dias.
  - (D) Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal. Proposta a ação penal, o processo ficará suspenso pelo prazo máximo de seis meses.
  - (E) O prazo de suspensão do processo nunca poderá exceder um ano quando a sentença de mérito tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo.

27. Maria propõe ação de obrigação de fazer em face de João, exigindo a pintura de sua casa com base em uma carta, escrita e assinada em que ele se compromete a realizar o serviço. Citado, João apresenta contestação alegando que a carta não foi escrita nem assinada por ele, impugnando a autenticidade do documento. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que o ônus da prova cabe a
- (A) Maria, considerando ser a carta um fato notório.
  - (B) João, considerando ter sido ele quem produziu o documento.
  - (C) qualquer um deles, desde que a convenção sobre a distribuição do ônus da prova não tenha sido celebrada antes do processo.
  - (D) Maria, sendo possível a interposição de agravo de instrumento sobre a redistribuição do ônus da prova.
  - (E) João, sendo possível a interposição de apelação sobre a redistribuição do ônus da prova.
28. É entendimento dos Tribunais Superiores sobre a remessa necessária que
- (A) a sentença proferida contra Autarquias não está sujeita a reexame necessário, salvo quando sucumbente em execução de dívida ativa.
  - (B) a remessa oficial devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, exceto dos honorários de advogado.
  - (C) no reexame necessário, é permitido, ao tribunal, agravar a condenação imposta à fazenda pública.
  - (D) nas decisões por maioria, em reexame necessário, são admitidos embargos infringentes.
  - (E) a dispensa de reexame necessário, quando o valor da condenação ou do direito controvertido for inferior a quarenta salários mínimos, não se aplica a sentenças ilíquidas.
29. Assinale a alternativa correta sobre Recurso Especial e Extraordinário.
- (A) O Supremo Tribunal Federal não poderá desconsiderar vício formal de recurso tempestivo de ofício.
  - (B) O Supremo Tribunal Federal não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral, cabendo, neste caso, agravo de instrumento.
  - (C) O pedido de concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário ou a recurso especial poderá ser formulado por requerimento dirigido ao tribunal superior respectivo, se já distribuído o recurso.
  - (D) Reconhecida a repercussão geral, o relator no Supremo Tribunal Federal determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional.
  - (E) Haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.
30. No que diz respeito a Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor, assinale a alternativa correta.
- (A) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão preferencialmente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios.
  - (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão semestralmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
  - (C) O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, mediante concordância expressa do devedor.
  - (D) A seu critério exclusivo e na forma de lei, a União poderá assumir débitos, oriundos de precatórios, de Estados, Distrito Federal e Municípios, sem a possibilidade de refinanciamento direto.
  - (E) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
31. Pedro decide propor ação contra o Instituto Municipal de Previdência para julgar causa cível no valor de cinquenta salários mínimos; Paulo decide propor ação para discutir a propriedade de bem imóvel vinculado ao Instituto Municipal de Previdência; Rafael, funcionário do Instituto Municipal de Previdência, sofreu pena de demissão e, inconformado, decide propor ação para impugnar a pena aplicada; e uma empresa de pequeno porte, representada por Ricardo, decide propor ação, em nome da empresa, em face do Município, para cumprimento de obrigação de fazer. Considerando as seguintes situações hipotéticas, podem ser propostas perante o Juizado Especial da Fazenda Pública as causas
- (A) de Pedro e de Paulo.
  - (B) da empresa de pequeno porte, representada por Ricardo, e de Rafael.
  - (C) de Pedro e da empresa de pequeno porte, representada por Ricardo.
  - (D) de Paulo e de Rafael.
  - (E) de Pedro e de Rafael.

**32.** Um acidente em uma barragem de minério de ferro lançou resíduos por toda uma cidade. Face a tal tragédia, analise as seguintes situações que decorreram desse fato: a) Um rio que cortava a cidade morreu por conta da contaminação; b) empregados da mineradora morreram soterrados com a lama; c) moradores da cidade onde ficava a mineradora perderam suas casas.

Analisando essas situações, é correto afirmar que

- (A) a hipótese descrita no item “a” revela-se uma afronta a um direito individual homogêneo.
- (B) nas situações descritas no item “b” e “c” o direito afetado classifica-se como coletivo *stricto sensu*.
- (C) classifica-se como difuso o interesse descrito no item “c”.
- (D) o fato descrito no item “a” classifica-se como difuso e no item “b” como coletivo *stricto sensu*.
- (E) no item “c” o direito é classificado como individual homogêneo e no item “a” coletivo *stricto sensu*.

**33.** Na defesa de direitos coletivos *lato sensu* é muito comum que se faça um acordo para que se restaure os direitos lesados. Quando documentado esse pacto, sem a necessidade de homologação do juízo e ainda com força de título executivo extrajudicial, se está diante do documento conhecido como

- (A) Título de ajustamento de conduta.
- (B) Compromisso de auxílio de condutas.
- (C) Termo de ajustamento de conciliação.
- (D) Plano de ajustamento de condutas.
- (E) Termo de ajustamento de conduta.

**34.** Diante da afronta a um direito difuso, foi instaurado um inquérito civil a fim de apurar responsabilidades. Sobre tal instrumento investigativo, é correto afirmar que

- (A) qualquer dos legitimados em lei para propor ações coletivas podem instaurar o inquérito civil.
- (B) é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações judiciais a cargo do Ministério Público.
- (C) só poderá ser iniciado a requerimento de um grupo de pessoas lesadas que comprovem os prejuízos sofridos.
- (D) do seu indeferimento caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, sendo que serão notificados os interessados para, querendo, oferecer contrarrazões.
- (E) caso seja outro órgão a instaurá-lo, o Ministério Público assumirá a sua presidência, podendo requerer diligências para solicitar informações.

**35.** Sobre o que dispõe a Lei nº 8080/90, que trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, é correto afirmar que

- (A) os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.
- (B) o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Uniforme de Saúde.
- (C) entende-se por vigilância epidemiológica um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde.
- (D) ao conjunto de atividades que se destina, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, dá-se o nome de vigilância sanitária.
- (E) caberá à Estados e Municípios, no âmbito de seus territórios, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

**36.** Sobre o que dispõe a Lei nº 10.741/03, que institui o Estatuto do Idoso e dá outras providências, é correto afirmar que

- (A) dentre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de setenta anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
- (B) todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação dessa Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- (C) o envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito econômico.
- (D) os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil, sendo que a obrigação alimentar é subsidiária, devendo o idoso direcionar seu pedido a seus descendentes diretos.
- (E) aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

- 37.** Nos termos da legislação correspondente, é correto afirmar que o serviço voluntário
- (A) pode ser prestado a entidade pública ou privada de qualquer natureza.
  - (B) pode ser prestado por entidade filantrópica ou pessoa natural.
  - (C) não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.
  - (D) não comporta o ressarcimento de despesas realizadas pelo prestador.
  - (E) deve ser exercido mediante assinatura do termo de adesão, no qual deve constar a qualificação das partes e, facultativamente, o objeto e as condições de seu exercício.
- 38.** Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, deve ser computado na jornada de trabalho o tempo destinado
- (A) à troca de roupa ou uniforme, quando houver a obrigatoriedade de realizar a troca na empresa.
  - (B) à higiene pessoal e troca de uniformes.
  - (C) ao percurso entre a residência e o trabalho, quando o empregador fornecer o transporte.
  - (D) ao intervalo de refeição e descanso.
  - (E) à execução de tarefas escolares, quando se tratar de trabalhador estagiário.
- 39.** O membro da comissão de representantes dos empregados
- (A) possui estabilidade provisória idêntica àquela destinada aos dirigentes sindicais.
  - (B) possui estabilidade provisória idêntica àquela dos empregados eleitos para a comissão interna de prevenção de acidentes.
  - (C) não possui estabilidade provisória.
  - (D) poderá ter estabilidade provisória se houver previsão em aditivo contratual.
  - (E) poderá ter estabilidade provisória se houver previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho.
- 40.** Determinado empregado, mediante acordo com seu empregador, teve o contrato de trabalho extinto, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho. Nessa hipótese, é correto afirmar que
- (A) são devidas as verbas trabalhistas correspondentes ao pedido de demissão e a liberação dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
  - (B) são devidas as verbas trabalhistas correspondentes à despedida sem justa causa, exceto a liberação dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
  - (C) não será devida a liberação dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço nem o acesso ao Programa de Seguro-Desemprego.
  - (D) será permitida a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, limitada a 80% (oitenta por cento) do valor dos depósitos.
  - (E) todas as verbas trabalhistas são devidas por metade, incluindo a liberação dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Seguro-Desemprego.
- 41.** Determinada empresa, na data de 25.06.2019, quando o empregado acabara de completar dez anos de exercício da função de confiança, resolveu revertê-lo ao cargo efetivo, anteriormente ocupado. Nessa hipótese, de acordo com a legislação trabalhista, o empregado
- (A) não terá direito à manutenção da gratificação correspondente.
  - (B) terá direito à manutenção da gratificação correspondente, pois o cargo foi exercido por dez anos.
  - (C) terá direito a uma indenização compensatória, calculada pela média da gratificação recebida ao longo dos anos em que exerceu a função de confiança.
  - (D) terá direito a indenizações por dano moral e material, sendo a primeira calculada em função do maior valor dos benefícios pagos pela Previdência Social.
  - (E) terá direito a pleitear a rescisão indireta do contrato por descumprimento das obrigações do empregador.

- 42.** Com relação ao procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, é correto afirmar que
- (A) o pedido será certo e determinado, contudo não há necessidade de sua liquidação.
  - (B) as demandas sujeitas a esse procedimento devem ser instruídas e julgadas em audiência única.
  - (C) é possível a citação por edital, na hipótese do autor não indicar corretamente o endereço do reclamado.
  - (D) os incidentes e exceções devem ser julgados em conjunto com os demais pedidos, quando da prolação da sentença.
  - (E) as testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independente de intimação.
- 43.** A empresa TUDO DE BOM Prestação de Serviços Ltda, com sede na cidade de Sertãozinho-SP, recebeu a notificação da audiência para apresentar defesa em razão de reclamação trabalhista promovida por José da Silva perante o Juízo de Sorocaba, local de residência do Reclamante. Considerando que a prestação de serviços sempre ocorreu na sede da Reclamada, é correto afirmar que é cabível, sem suspensão do feito:
- (A) exceção de incompetência territorial em audiência, em peça apartada da defesa.
  - (B) exceção de incompetência territorial em audiência, em preliminar inserida na defesa.
  - (C) exceção de incompetência territorial no prazo de até quinze dias antes da audiência, em peça apartada da defesa.
  - (D) exceção de incompetência territorial no prazo de dez dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça apartada da defesa.
  - (E) exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça apartada da defesa.
- 44.** Pedro Alcântara, trabalhou como diretor financeiro da Empresa X durante cinco anos e após o término do contrato de trabalho entendeu por firmar um acordo extrajudicial e pretende homologá-lo na Justiça do Trabalho. Para tanto, é correto afirmar que
- (A) o acordo extrajudicial deve ser formalizado em petição conjunta, sendo dispensável a presença de advogado.
  - (B) as partes poderão ser representadas por advogado comum.
  - (C) a petição de homologação de acordo suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
  - (D) o juízo designará, necessariamente, audiência para ratificação presencial do acordo.
  - (E) o juízo terá o prazo de cinco dias a contar da data da distribuição da petição, para analisar e homologar o acordo.

- 45.** O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgou improcedente a Ação Rescisória distribuída por Maria do Socorro em face da sentença transitada em julgado prolatada pelo Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Sertãozinho. Com o objetivo de impugnar a referida decisão, considerando não haver fundamentos para embargos declaratórios, deve a Autora interpor
- (A) Recurso Ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da ciência da decisão.
  - (B) Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da ciência da decisão.
  - (C) Recurso de Revista para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da ciência da decisão.
  - (D) Recurso Ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias corridos, contados da ciência da decisão.
  - (E) Agravo de Instrumento para o Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da ciência da decisão.
- 46.** Com relação aos honorários periciais no processo do trabalho, é correto afirmar que
- (A) o Juízo não pode deferir o parcelamento dos honorários periciais.
  - (B) a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente no objeto da perícia.
  - (C) o Juízo pode determinar o adiantamento dos honorários periciais, a fim de possibilitar a realização da perícia.
  - (D) o beneficiário da justiça gratuita é isento do pagamento de honorários periciais, em qualquer circunstância.
  - (E) a União responderá pelo encargo do pagamento dos honorários periciais, na hipótese de inadimplemento das partes.

**47.** De acordo com o parágrafo único do art. 194 da CF/88, compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base, entre outros, no seguinte objetivo:

- (A) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações exclusivamente urbanas.
- (B) caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite.
- (C) unidade da base de financiamento.
- (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) redutibilidade do valor dos benefícios.

**48.** Consta entre as disposições constitucionais sobre seguridade social que

- (A) a educação integra a seguridade social.
- (B) a assistência social e a saúde jamais são financiadas por contribuições sociais.
- (C) o direito à saúde e à assistência social dependem de contribuição direta do indivíduo que busca o atendimento.
- (D) todas as pessoas têm direito à previdência social.
- (E) dentre os subsistemas de proteção que integram a seguridade social, apenas a previdência social depende, via de regra, de contribuição direta por parte do beneficiário.

**49.** Em matéria de competência para legislar sobre seguridade social no Brasil, é correto afirmar que

- (A) a União será a responsável por criar normas básicas e regras gerais do tripé da Seguridade Social.
- (B) apenas a definição da estrutura da Seguridade social será competência privativa dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) compete privativamente aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a Seguridade Social.
- (D) por meio de lei ordinária poderá se autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas a Seguridade Social.
- (E) as competências legislativas para editar normas gerais e específicas com relação à Seguridade Social são concorrentes entre União, Estado, Distrito Federal e Municípios.

**50.** O art. 201 da CF/88 expressamente dispõe sobre o caráter contributivo da previdência social. Apesar da exigência de contribuição do beneficiário, pode-se dizer que

- (A) nem todo trabalhador com carteira assinada em empresa privada é contribuinte obrigatório da previdência social.
- (B) o acesso à previdência social é universal, no sentido de que todas as pessoas que quiserem podem filiar-se ao sistema previdenciário.
- (C) o estrangeiro residente no Brasil não poderá ser beneficiário do RGPS.
- (D) para se filiar ao sistema previdenciário se exige que o sujeito esteja exercendo atividade remunerada.
- (E) qualquer pessoa física, com mais de quatorze anos, se quiser, pode aderir ao regime geral de previdência social, lembrando que o aprendiz poderá filiar-se a partir dos treze anos.

**51.** Joca é empregado da empresa Piracema S.A. e tem uma remuneração de 30 (trinta) salários mínimos. Nesse caso,

- (A) a contribuição de Joca, na qualidade de segurado, incidirá sobre o teto do INSS, ao passo que a contribuição da empresa Piracema S.A., sobre a remuneração de Joca, incidirá sobre o total da remuneração, independentemente de qualquer limite.
- (B) tanto a contribuição de Joca, na qualidade de segurado, quanto a contribuição da empresa Piracema S.A., sobre a remuneração de Joca, incidirão sobre o total da remuneração, independentemente de qualquer limite.
- (C) a contribuição de Joca, na qualidade de segurado, incidirá sobre o total da remuneração, independentemente de qualquer limite, ao passo que a contribuição da empresa Piracema S.A., sobre a remuneração de Joca, incidirá sobre o teto do INSS.
- (D) tanto a contribuição de Joca, na qualidade de segurado, quanto a contribuição da empresa Piracema S.A., sobre a remuneração de Joca, incidirão sobre o teto do INSS.
- (E) as contribuições de Joca, na qualidade de segurado, e da empresa Piracema S.A., em valor entre o teto do INSS até o total da remuneração, serão iguais e definidas de comum acordo entre empregador e empregado.

- 52.** Quanto aos segurados da Previdência Social, nos termos da Lei nº 8.212/91, assinale a alternativa correta
- (A) É segurado obrigatório, como empregado, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, mesmo que vinculado a regime próprio de previdência social.
  - (B) É segurado obrigatório, como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais.
  - (C) Aquele que exercer, concomitantemente, mais de uma atividade remunerada sujeita ao Regime Geral de Previdência Social, deverá, obrigatoriamente, eleger uma delas para filiar-se.
  - (D) O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social-RGPS que voltar a exercer atividade abrangida por este Regime, em relação a essa nova atividade, está desobrigado de contribuir para o custeio da Seguridade Social.
  - (E) O dirigente sindical deixa de manter, durante o exercício do mandato eletivo, o enquadramento no Regime Geral de Previdência Social-RGPS de antes da investidura.
- 53.** A Lei nº 8213/91, sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social do Regime Geral de Previdência Social, estabelece independência de carência a concessão das seguintes prestações pecuniárias:
- (A) pensão por morte, salário-família e auxílio-acidente.
  - (B) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, decorrente de qualquer doença a que for acometido o segurado.
  - (C) salário-maternidade, para a segurada contribuinte individual.
  - (D) auxílio-reclusão.
  - (E) aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial.
- 54.** A EC nº 47/2005, sobre a possibilidade de aposentadoria antes das idades mínimas para os servidores que já estavam no serviço público em 15.12.1998, estabelece que a somatória do tempo de contribuição e idade tem que ser, no mínimo,
- (A) 95 para homens (60 + 35) e 85 para mulheres (55 + 30). O requisito tempo de contribuição não pode ser reduzido, o que pode ser reduzido é a idade.
  - (B) 95 para homens (60 + 35) e 85 para mulheres (55 + 30). Os requisitos idade e tempo de contribuição podem ser reduzidos.
  - (C) 90 para homens (60 + 30) e 80 para mulheres (55 + 25). O requisito tempo de contribuição não pode ser reduzido, o que pode ser reduzido é a idade.
  - (D) 90 para homens (60 + 30) e 80 para mulheres (55 + 25). Os requisitos idade e tempo de contribuição podem ser reduzidos.
  - (E) 95 para homens e mulheres (60 + 35). O requisito tempo de contribuição não pode ser reduzido, o que pode ser reduzido é a idade.
- 55.** Aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, falecidos a partir da data de publicação da Lei nº 10.887/2004, será concedido o benefício de pensão por morte, que será igual à
- (A) totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
  - (B) remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.
  - (C) totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite.
  - (D) totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 80% (oitenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.
  - (E) remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou o óbito, observado o limite máximo de remuneração ditado pelo teto constitucional.
- 56.** Quanto às contribuições previdenciárias destinadas ao custeio dos RPPS, é correto afirmar
- (A) o ente que mantém o RPPS deve contribuir em valor no máximo igual ao da contribuição dos servidores ativos e no mínimo a metade desta.
  - (B) a contribuição previdenciária cobrada, pelos entes estaduais e municipais, de seus servidores ativos deve ter a mesma alíquota que a União estabelece para seus servidores civis.
  - (C) a base de cálculo das contribuições previdenciárias para os servidores ativos é a remuneração recebida, ficando a cargo de lei específica de cada ente definir as parcelas que a comporão.
  - (D) a contribuição previdenciária não incide sobre os benefícios de salário-maternidade e auxílio-doença, mas incide sobre o valor do abono de permanência.
  - (E) a base de cálculo da contribuição previdenciária dos inativos e pensionistas considera alíquota distinta da prevista para os servidores civis.

**57.** A Lei Orgânica do Município de Sertãozinho prevê que cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre matérias de competência do Município, salvo quanto a

- (A) legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual, quando necessário.
- (B) iniciativa de Lei para fixação do respectivo vencimento ou salário, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) votar o orçamento anual e plurianual de investimentos, bem como autorizar abertura de créditos suplementares e especiais.
- (D) deliberação sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito e suas formas e meios de pagamento.
- (E) autorização ao Município de celebrar convênios com a União, Estados ou Municípios, para execução de suas leis, serviços e decisões, bem como executar encargos análogos nessas esferas.

**58.** Em relação ao processo legislativo, conforme determinado na Lei Orgânica do Município de Sertãozinho, assinale a alternativa correta.

- (A) O projeto de resolução é a proposição destinada à regular matéria de competência exclusiva da Câmara.
- (B) A Câmara Municipal não detém competência para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das medidas provisórias não convertidas em lei.
- (C) As medidas provisórias perderão a eficácia se rejeitadas pela maioria simples dos membros da Câmara, em dois turnos de votação.
- (D) São Leis Ordinárias as concernentes às matérias relativas ao Estatuto dos Servidores Municipais e ao Plano Diretor do Município.
- (E) Para aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal, é necessário o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

**59.** Paulo, pessoa com deficiência física, pretende inscrever-se para prestar um concurso público municipal. Nesse caso, e conforme disciplina contida no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Sertãozinho é correto afirmar que Paulo

- (A) tem esse direito, concorrendo em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo efetivo cujas atribuições sejam a ele compatíveis.
- (B) em razão da sua condição, concorrerá a duas vagas reservadas em face da classificação obtida.
- (C) terá vedada a sua inscrição para concorrer a uma vaga de cargo de provimento efetivo em comissão, direção, chefia ou assessoramento.
- (D) deverá ter a sua inscrição obstada pela autoridade competente para prestar concurso público para ingresso em cargos da Administração Pública Direta.
- (E) participará do concurso em desigualdade de condições com os demais candidatos no que concerne à avaliação e aos critérios de aprovação.

**60.** Os Servidores Públicos Municipais do Município de Sertãozinho, segundo seu Regimento Jurídico próprio têm várias vantagens, tais como

- (A) o pagamento de diárias, assim como as condições para a sua concessão, a serem estabelecidas em Decreto Legislativo.
- (B) a gratificação para o exercício de função, chefia ou assessoramento que não são consideradas como vantagens acessórias a serem integradas aos vencimentos definitivamente, inclusive para a concessão de aposentadoria.
- (C) adicionais de perigo de vida, de acordo com as atividades exercidas e a intensidade do risco, no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do padrão de vencimento aos Guardas Civis Municipais.
- (D) a sexta parte, após 15 (quinze) anos de efetivo exercício junto ao Município de Sertãozinho, quando o cargo de provimento efetivo for na Administração Direta.
- (E) licença, com remuneração durante seis meses, para o ocupante de cargo efetivo, durante o período em que estiver como candidato a cargo eletivo, sem que tal interregno seja reputado como de efetivo exercício.

